



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Projeto de lei n.º 227 /96

Revoga a Lei Municipal n.º 1.022, de 10 de novembro de 1993, que institui a taxa de iluminação pública e dá outras providências.

A Câmara Municipal aprova:

Art. 1º. Fica revogada a Lei Municipal n.º 1.022, de 10 de novembro de 1993, que institui a taxa de iluminação pública e dá outras providências.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de setembro de 1996.


José Helvécio Fernandes de Resende
Vereador


Aprovado em 29/10/96
por unanimidade dos presentes
Presidente da Câmara



Justificativa

Esta Casa aprovou, por unanimidade, projeto de lei, do prefeito, depois convertido na Lei n.º 1.022, de 10 de novembro de 1993, que institui a taxa de iluminação pública, que incide sobre o imóvel situado em logradouro servido de iluminação pública.

A arrecadação dessa taxa iniciou-se em 1º de janeiro de 1994 e está sendo feita diretamente pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Os valores cobrados são altos e a população tem reclamado, com razão, do acréscimo de mais essa despesa, que sacrifica sobremaneira o já arrojado orçamento familiar.

Além do aspecto levantado, esta lei é inconstitucional por criar taxa de iluminação. O Tribunal de Justiça de São Paulo, ao julgar a representação de inconstitucionalidade da Lei Municipal n.º 2.082/87, do município de Adamantina, manifestou, por intermédio do Acórdão, de 15 de fevereiro de 1989, que a instituição da taxa de iluminação é inconstitucional, com base no que prevê o art. 145, inciso II, da Constituição Federal em vigor.

Deste acórdão, extrai-se o seguinte:

*"... Não pode o município criar taxa para indenizar o custo da manutenção do serviço de iluminação pública de vias e logradouros públicos, vez que este serviço público é de uso comum ou **uti universi**. Não é serviço específico, não é serviço especial, nem divisível, **uti singuli**. Trata-se de serviço que é parte integrante dos chamados serviços públicos gerais que o Estado proporciona ou põe à disposição do povo e devem ser custeados pelos impostos pagos pelos contribuintes de acordo com suas respectivas capacidades contributivas, entre os quais se destacam os proprietários dos imóveis" (Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 118, 1989, Revista LEX, págs. 487/479)*



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

O assessor jurídico desta Câmara, Irany Gonçalves da Costa, na petição inicial à ação direta de inconstitucionalidade da referida lei, movida por mim, quando presidente desta Casa, em 1994, a qual foi arquivada pelo Tribunal de Justiça sem apreciação do mérito, afirmou que “a taxa de iluminação pública instituída pelo Município fere e afronta os princípios inseridos nas Constituições Federal e Estadual, de especificidade e divisibilidade do serviço, que constitui seu fato gerador”.

Na mesma direção, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), órgão de comprovada competência no trato de assuntos atinentes à administração municipal, elaborou parecer, atendendo consulta desta Câmara sobre a lei n.º 1.022/93, opinando pela inconstitucionalidade da instituição e cobrança da taxa de iluminação pública, eis que o custo do fornecimento desse serviço constitui despesa geral a cargo do poder público, devendo ser suportada com a arrecadação dos impostos.

Como se vê, esta lei não pode continuar vigorando, em face da sua evidente inconstitucionalidade.

Por isso, conto com a aprovação do presente projeto, que ora submeto à apreciação dos colegas.

Sala das Reuniões, 9 de setembro de 1996.

José Helvécio Fernandes de Resende

Vereador